



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER JUDICIÁRIO

## MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 30020242264913

Nome original: AFETAÇÃO TEMA 1237 TRF's.pdf

Data: 13/03/2024 10:16:26

Remetente:

Jéssica Ferreira da Silva

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE PRECEDENTES

Superior Tribunal de Justiça

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: Recurso Repetitivo - afetação - Tema 1237 resp anexo.



**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

SAFS - Quadra 6 - Lote 1 - Trecho III - CEP 70095-900 - Brasília - DF - [www.stj.jus.br](http://www.stj.jus.br)  
**Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas**

Ofício n. 174/2024

Brasília, 11 de março de 2024.

A Sua Excelência o Senhor  
Desembargador Federal Presidente

Assunto: AFETAÇÃO TEMA 1237/STJ

Senhor(a) Desembargador(a) Federal Presidente,

Comunico que a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, na sessão eletrônica iniciada em 21/2/2024 e finalizada em 27/2/2024, afetou os Recursos Especiais n. 2.065.817/RJ, 2.068.697/RS, 2.075.276/RS, 2.109.512/PR e 2.116.065/SC, relator **Ministro Mauro Campbell Marques**, para julgamento sob a sistemática dos recursos repetitivos da seguinte questão jurídica:

"A possibilidade de incidência das contribuições ao PIS/PASEP e COFINS sobre os valores de juros, calculados pela taxa SELIC, recebidos em face de repetição de indébito tributário, na devolução de depósitos judiciais ou nos pagamentos efetuados por clientes em atraso."

Nos termos do art. 256-I, parágrafo único, do RISTJ, a referida questão foi cadastrada como "TEMA REPETITIVO N. 1237", na base de dados do Superior Tribunal de Justiça.

Informo, ainda, que a Primeira Seção determinou a suspensão do julgamento de todos os processos em primeira e segunda instâncias envolvendo a matéria, inclusive no Superior Tribunal de Justiça (art. 1.037, II, do CPC/2015).

Ressalto a importância de se dar ampla divulgação da referida decisão no âmbito desse Tribunal, da primeira instância e do juizado especial e do acompanhamento do processo pelos magistrados e servidores por meio da página dos recursos repetitivos no Portal do STJ e sistema PUSH.

Para mais informações, consulte:

- Portal do STJ: quadro à esquerda ou Menu "Precedentes (Repetitivos)" – "Acesso ao Sistema": [http://processo.stj.jus.br/repetitivos/temas\\_repetitivos/](http://processo.stj.jus.br/repetitivos/temas_repetitivos/)

Respeitosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Ornellas Marchiori, Assessor-Chefe**, em 12/03/2024, às 15:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.stj.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **4004885** e o código CRC **3D864604**.

---

009569/2024

4004885v5



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER JUDICIÁRIO

## MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 30020242264910

Nome original: resp 2065817.pdf

Data: 13/03/2024 10:16:26

Remetente:

Jéssica Ferreira da Silva

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE PRECEDENTES

Superior Tribunal de Justiça

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: Recurso Repetitivo - afetação - Tema 1237 resp anexo.



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ProAfr no RECURSO ESPECIAL Nº 2065817 - RJ (2023/0123440-5)

**RELATOR** : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES  
**RECORRENTE** : FAZENDA NACIONAL  
**RECORRIDO** : A LUMINOSA LUSTRES E JARDIM LTDA  
**ADVOGADOS** : JOÃO ANTÔNIO LOPES - RJ063370  
CINTYA RIBEIRO CHAVES - RJ230963

### EMENTA

**PROPOSTA DE AFETAÇÃO COMO REPETITIVO. RECURSOS ESPECIAIS. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÕES AO PIS/PASEP E COFINS NÃO CUMULATIVAS. INCIDÊNCIA SOBRE JUROS CALCULADOS PELA TAXA SELIC RECEBIDOS EM REPETIÇÃO DE INDÉBITO TRIBUTÁRIO, NA DEVOLUÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS OU NOS PAGAMENTOS EFETUADOS POR CLIENTES EM ATRASO.**

1. Delimitação da questão de direito controvertida como sendo: "*a possibilidade de incidência das contribuições ao PIS/PASEP e COFINS sobre os valores de juros, calculados pela taxa SELIC, recebidos em face de repetição de indébito tributário, na devolução de depósitos judiciais ou nos pagamentos efetuados por clientes em atraso*".
2. Não configura obstáculo à afetação de tema repetitivo que um ou outro recurso especial dentre os conjuntamente afetados não enfrente toda a questão de direito controvertida desde que o conjunto de recursos afetados a compreenda plenamente.
3. Registre-se que a questão aqui identificada, apesar de guardar alguma relação, difere daquela que já foi objeto de afetação nos Temas n. n. 504 e 505/STJ e Tema n. 962/STF, uma vez que tais temas não tratam da contribuição ao PIS/PASEP e COFINS, mas, sim, do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido incidentes sobre os juros na devolução de depósitos judiciais e na repetição de indébito tributário, tributos que sabidamente possuem base de cálculo distinta.
4. Multiplicidade efetiva ou potencial de processos com idêntica questão de direito demonstrada pelo despacho do Ministro Presidente da Comissão Gestora de Precedentes e demais informações constantes dos autos dos processos repetitivos.
5. Determinação *ad cautelam* para a suspensão do julgamento de todos os processos em primeira e segunda instâncias envolvendo a matéria, inclusive no Superior Tribunal de Justiça (art. 1.037, II, do CPC/2015).
6. Recurso especial submetido à sistemática dos recursos repetitivos, estando em afetação conjunta dos recursos REsp. n. 2.065.817/RJ; REsp. n. 2.075.276/RS; REsp. n. 2.068.697/RS; REsp. n. 2.116.065/SC e REsp. n. 2.109.512/PR.

### RELATÓRIO

Trata-se de recurso especial interposto com fulcro no permissivo do art. 105, III, "a", da Constituição Federal de 1988, contra acórdão que restou assim ementado (e-STJ fls. 229/234):

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. IRPJ. CSLL. BASE DE CÁLCULO. VALORES. SELIC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO TRIBUTÁRIO. STJ. RECURSO REPETITIVO. SUPERAÇÃO. STF. INCONSTITUCIONALIDADE RECONHECIDA. REPERCUSSÃO GERAL. CONSOLIDAÇÃO DE ENTENDIMENTO. PIS E COFINS. APLICAÇÃO.

1. No julgamento do REsp nº 1.138.695, submetido à sistemática dos recursos repetitivos (Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, 1ª Seção, julgado em 22/05/2013, DJe 31/05/2013), o Superior Tribunal de Justiça assentou que, quanto aos juros incidentes na repetição do indébito tributário (Tema nº 505), inobstante a constatação de se tratarem de juros moratórios, se encontram dentro da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, dada a sua natureza de lucros cessantes, compondo o lucro operacional da empresa.

2. O Supremo Tribunal Federal, no RE nº 1.063.187, sob o regime da repercussão geral, decidiu em sentido diametralmente oposto, fixando a tese de que “É inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário”, concluindo que os juros de mora estão fora do campo de incidência do imposto de renda e da CSLL, pois visam, precipuamente, a recompor efetivas perdas, decréscimos, não implicando aumento de patrimônio do credor.

3. Há que reformar a sentença recorrida, devendo ser aplicada tal tese igualmente à contribuição do PIS e da COFINS, o que já foi procedido por esta Turma Especializada em precedente da lavra do eminente Desembargador Federal Marcus Abraham, assentando-se que, no que se refere ao PIS e a COFINS incidentes sobre a taxa SELIC nas restituições de indébito tributário administrativas e/ou judiciais, o mesmo entendimento deverá ser aplicado, sob o fundamento de que, ainda que possam transitar pela contabilidade da empresa, as verbas relativas ao dano emergente não se enquadram no conceito de receita, exatamente por representarem mera recomposição patrimonial, ao contrário do que ocorre com os denominados lucros cessantes, que incrementam o patrimônio da empresa e, por sua vez, serão considerados receita para fins de incidência de PIS/Cofins.

4. Deve ser acolhido o pedido de compensação formulado pela impetrante, ora recorrente, ressalvando a impossibilidade de restituição do indébito através do mandado de segurança, na medida em que esta ação é inadequada para pleitear a restituição de valores pretéritos, eis que não constitui substitutivo de ação de cobrança, conforme a Súmula nº 269 do Supremo Tribunal Federal.

5. Apelação da parte autora conhecida e provida para julgar procedente o pedido, reconhecendo: i) o direito da impetrante de não sofrer a incidência do PIS e da COFINS sobre a Taxa SELIC recebida por força das repetições de indébito; ii) o direito à compensação dos montantes recolhidos indevidamente nos últimos 5 (cinco) anos anteriores à propositura da presente demanda.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 276/278).

Alega a recorrente FAZENDA NACIONAL que houve violação aos seguintes dispositivos infraconstitucionais: arts. 43 e 111, do CTN; art. 6º, da Lei n. 7.689/88; art.

1º, da Lei n. 10.637/2002 e art. 1º, da Lei n. 10.833/2003. Afirma que a lei determina literalmente a incidência das contribuições sobre a receita mensal das pessoas jurídicas (sua receita bruta) "*independentemente de sua denominação ou classificação contábil*", já que no regime não-cumulativo é aplicado o conceito ampliado de receita, que não engloba apenas as receitas operacionais da pessoa jurídica, mas sim toda e qualquer receita, inclusive as financeiras e as não operacionais, consoante a Emenda Constitucional nº 20, de 1998 (art. 195, I, "b", da CF/88). Sustenta ser essa a condição dos juros a qualquer título, quer recebidos em decorrência de repetição de indébito, restituição, compensação ou levantamento de depósitos judiciais, consoante o art. 9º, da Lei n. 9.718/98. Acrescenta que a renda (base de cálculo do IRPJ e da CSLL) se caracteriza por ser ingresso a título definitivo que enseja acréscimo patrimonial, já a receita bruta (base de cálculo das contribuições ao PIS/PASEP e COFINS) se caracteriza por ser meramente ingresso a título definitivo, não precisando ensejar acréscimo patrimonial, sendo esta a indubitável condição dos juros. Assim, indevida a transposição automática da tese alusiva IRPJ e à CSLL à tributação pelo PIS/PASEP e COFINS. Entende que juros de mora, ainda que verba indenizatória, sustentam a condição de lucros cessantes e que para o caso não se aplica a regra de que o acessório seguiria o principal (e-STJ fls. 293/302).

Contrarrazões do PARTICULAR invocando a aplicação do Tema n. 962/STF e apontando a ilegalidade dos arts. 3º e 5º, §2º, do Ato Declaratório Interpretativo SRF n. 25, de 24 de dezembro de 2003, pois a parcela de juros pela taxa SELIC incidente sobre os débitos tributários tem por propósito exclusivamente indenizar o contribuinte pelo dano patrimonial sofrido, razão pela qual não representa riqueza nova, faturamento ou receita capaz de permitir a sua inclusão na base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS (e-STJ fls. 309/316).

Recurso da FAZENDA NACIONAL regularmente admitido na origem (e-STJ fls. 332/333).

Às e-STJ fls. 374/375, diante da forte presença de indícios de se estar diante de tema repetitivo e considerando o Procedimento Preparatório previsto nos arts. 256-I e 257, do RISTJ, foi exarado despacho determinando o encaminhamento do feito à Presidência da Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas para adotar as providências cabíveis no sentido de examinar a possibilidade de afetação do presente

recurso conjuntamente com o REsp. n. 2.065.817/RJ, o REsp. n. 2.075.276/RS e o REsp. n. 2.068.697/RS a fim de examinar "*a possibilidade de incidência das contribuições ao PIS/PASEP e COFINS sobre os valores de juros, calculados pela taxa SELIC, recebidos em face de repetição de indébito tributário, na devolução de depósitos judiciais ou nos pagamentos efetuados por clientes em atraso*".

Às e-STJ fls. 382/383 consta despacho da Presidência da Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas onde determinada a intimação dos sujeitos do processo a fim de ouvir o Ministério Público Federal e as partes a respeito da conveniência de conduzir a proposta de afetação da referida matéria ao rito dos repetitivos.

Manifestação da FAZENDA NACIONAL no mesmo sentido às e-STJ fls. 390/399 de modo favorável quanto à afetação do recurso ao rito dos repetitivos.

Parecer do Ministério Público Federal manifestando-se contrariamente à afetação do presente recurso ao rito dos repetitivos. Afirma que a controvérsia nos autos diz respeito exclusivamente à questão da incidência do PIS e da COFINS sobre os valores de juros recebidos em repetição de indébito já que o recurso especial interposto não abrange os demais temas referentes aos juros recebidos em depósitos judiciais e nos pagamentos efetuados por clientes em atraso (e-STJ fls. 401/407 e 410/417).

Decisão da Presidência da Comissão Gestora de Precedentes sugerindo o processamento do recurso especial dentro do rito dos feitos repetitivos, consoante art. 256-B, II, do RISTJ, e determinando a distribuição do recurso a este relator com a sugestão de afetação conjunta de ao menos 2 (dois) recursos (e-STJ fls. 420/426).

É o relatório.

## VOTO

Nos termos do art. 256-E, do RISTJ, compete a o relator do recurso repetitivo reexaminar a admissibilidade do recurso, os pressupostos recursais genéricos e específicos, além dos requisitos regimentais como a presente ou potencial multiplicidade de processos com idêntica questão de direito (art. 257-A, §1º, RISTJ), a



fim de propor a afetação do recurso especial repetitivo à Seção. Tal é o que se segue.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso foi interposto na vigência do CPC/2015, o que atrai a incidência do Enunciado Administrativo Nº 3: “Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”.

No exame da admissibilidade recursal, verifico a presença do enfrentamento das teses levantadas no recurso pelo órgão que produziu o acórdão recorrido. Também de registro que as referidas teses guardam correspondência aos artigos de lei federal invocados por violados pela recorrente e que não há qualquer pretensão de rediscussão de matéria de fato ou tema constitucional. Desta forma, em um juízo preliminar, entendo que o mérito recursal se encontra apto para julgamento.

Aqui registre-se que, muito embora seja o recomendável, não foi possível encontrar recursos que enfrentassem de uma só vez toda a questão de direito controvertida (1 - juros na repetição de indébito tributário, 2 - juros na devolução de depósitos judiciais e 3 - juros nos pagamentos efetuados por clientes em atraso). Assim, a afetação conjunta para julgamento dos recursos REsp. n. 2.065.817/RJ; REsp. n. 2.075.276/RS; REsp. n. 2.068.697/RS; REsp. n. 2.116.065/SC e REsp. n. 2.109.512/PR se destina também a suprir esta lacuna cercando toda a discussão referente ao reflexo da natureza jurídica dos juros, sejam de mora, sejam remuneratórios, na contabilidade tributária fixada em lei e que estabelece a base de cálculo das contribuições ao PIS/PASEP e COFINS, considerando o conceito de receita. Esta técnica compreendemos ser coerente com a objetividade necessária ao julgamento dos recursos repetitivos, não sendo obstáculo que um ou outro recurso especial dentre os afetados não enfrente toda a questão de direito controvertida desde que o conjunto de recursos afetados a compreenda plenamente, de modo que é esse conjunto de recursos afetados que irá compor objetivamente a tese final, já que todos poderão compartilhar de uma mesma razão de decidir.

Sendo assim, não prejudica afetação do presente recurso especial e dos demais afetados conjuntamente o fato de enfrentarem cada qual apenas parcialmente a questão de direito controvertida, sendo que **o presente recurso enfrenta (1 -) os juros da**

**taxa SELIC obtidos na repetição do indébito tributário.**

Já quanto à presente ou potencial multiplicidade de processos com idêntica questão de direito, verifico que o presente repetitivo cumpre o requisito. Nesse sentido, assim o despacho da Ministra Presidente da Comissão Gestora de Precedentes (e-STJ fls. 422/423):

Nesse sentido, trata-se de controvérsia jurídica multitudinária ainda não submetida ao rito qualificado, com expressivo impacto financeiro, haja vista ter o condão de afetar - significativamente - a arrecadação tributária da União. Vale salientar que, conforme noticiado pela Agência Brasil, no período de janeiro a dezembro de 2022, a COFINS e a contribuição ao PIS/PASEP apresentaram arrecadação conjunta de R\$ 406,7 bilhões de reais. Saliente-se, também, que, em pesquisa livre realizada no portal de jurisprudência do STJ, por meio do critério "(PIS OU PASEP OU COFINS) E JUROS ADJ3 SELIC E REPETICAO ADJ3 INDEBITO", **foram identificados 263 acórdãos e mais de seis mil decisões monocráticas a respeito da matéria, proferidos por Ministros da Primeira e da Segunda Turmas do Superior Tribunal de Justiça.**

Do mesmo modo, as informações trazidas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (e-STJ fls. 390/392):

Nas várias unidades da PGFN com atuação junto aos Juízos Federais, Tribunais Federais e Cortes Superiores, o Sistema de Acompanhamento Judicial desta PGFN (SAJ) dá conta da **existência, na presente data, de 7.126 (sete mil cento e seis) processos em trâmite no que se refere à repetição do indébito tributário e 1.696 (mil seiscentos e noventa e seis) no que se refere aos depósitos judiciais.**

Sobreleva sublinhar que houve substancial aumento de ajuizamentos com o julgamento pelo STF do Tema 962RG, a tratar de tributos e base de cálculo distintos, mas cuja aplicação por analogia tem sido insistentemente pleiteada junto ao Poder Judiciário. E, ainda, pelo fato de **o Plenário do STF ter assentado a índole infraconstitucional** da incidência, ou não, do PIS e da COFINS sobre os valores recebidos a título de taxa SELIC incidente na repetição de indébito tributário, consoante ARE 1.384.985-AgR e AgR nos Edcl no RE 1.383.351.

Nessa toada, considerando as informações prestadas e por se tratar de tema que envolve a interpretação e aplicação de procedimento padronizado adotado pela Administração Tributária Federal, resta demonstrada a multiplicidade efetiva ou potencial de processos com idêntica questão de direito.

Decerto, o que aqui se pretende averiguar é se as contribuições ao PIS/PASEP e COFINS não cumulativas incidem sobre os valores de juros em suas variadas apresentações, considerando a natureza jurídico-tributária-contábil dessas verbas e a base de cálculo de tais contribuições.

Com efeito, a suspensão generalizada de todos os processos se impõe porque, dada a quantidade de feitos, necessário se faz cortar o fluxo de processos que se destinam a este Superior Tribunal de Justiça referentes à matéria e até mesmo o fluxo interno de processos. Tal eficácia somente pode ser produzida no âmbito do recurso repetitivo.

Assim, resta definida a questão posta a julgamento como sendo: *“a possibilidade de incidência das contribuições ao PIS/PASEP e COFINS sobre os valores de juros, calculados pela taxa SELIC, recebidos em face de repetição de indébito tributário, na devolução de depósitos judiciais ou nos pagamentos efetuados por clientes em atraso”*.

Registre-se que a questão aqui identificada, apesar de guardar alguma relação, difere daquela que já foi objeto de afetação nos Temas n. n. 504 e 505/STJ e Tema n. 962/STF, uma vez que tais temas não tratam da contribuição ao PIS/PASEP e COFINS, mas, sim, do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido incidentes sobre os juros na devolução de depósitos judiciais e na repetição de indébito tributário, tributos que sabidamente possuem base de cálculo distinta.

Com essas considerações, entendo pelo processamento do feito dentro da sistemática dos recursos repetitivos, consoante o disposto no art. 1.036, § 5º, do CPC/2015, adotando-se as seguintes providências:

- a) Comunique-se, com cópia do presente acórdão, acompanhado do número de autuação do recurso especial, aos Ministros da Primeira Seção do STJ e aos Presidentes dos Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça e à Turma Nacional de Uniformização;
- b) Suspensão do julgamento de todos os processos em primeira e segunda instâncias envolvendo a matéria, inclusive no Superior Tribunal de Justiça (art. 1.037, II, do CPC/2015);

c) Após a autuação, dê-se vista ao Ministério Público Federal para parecer, em quinze dias, nos termos do art. 1.038, III e § 1º, do CPC/2015.

É como o voto.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER JUDICIÁRIO

## MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 30020242264911

Nome original: resp 2068697.pdf

Data: 13/03/2024 10:16:26

Remetente:

Jéssica Ferreira da Silva

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE PRECEDENTES

Superior Tribunal de Justiça

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: Recurso Repetitivo - afetação - Tema 1237 resp anexo.



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**ProAfr no RECURSO ESPECIAL Nº 2068697 - RS (2023/0118171-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**RECORRENTE** : RODO RIZZO TRANSPORTES LTDA  
**ADVOGADOS** : SUNDER B. ROSA - RS125559  
 JOHN FELIPE MASIERO - RS121441  
 NICOLAS COLOMBO DE SOUZA - RS125620  
**RECORRIDO** : FAZENDA NACIONAL

### EMENTA

**PROPOSTA DE AFETAÇÃO COMO REPETITIVO. RECURSOS ESPECIAIS. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÕES AO PIS/PASEP E COFINS NÃO CUMULATIVAS. INCIDÊNCIA SOBRE JUROS CALCULADOS PELA TAXA SELIC RECEBIDOS EM REPETIÇÃO DE INDÉBITO TRIBUTÁRIO, NA DEVOUÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS OU NOS PAGAMENTOS EFETUADOS POR CLIENTES EM ATRASO.**

1. Delimitação da questão de direito controvertida como sendo: *“a possibilidade de incidência das contribuições ao PIS/PASEP e COFINS sobre os valores de juros, calculados pela taxa SELIC, recebidos em face de repetição de indébito tributário, na devolução de depósitos judiciais ou nos pagamentos efetuados por clientes em atraso”*.
2. Não configura obstáculo à afetação de tema repetitivo que um ou outro recurso especial dentre os conjuntamente afetados não enfrente toda a questão de direito controvertida desde que o conjunto de recursos afetados a compreenda plenamente.
3. Registre-se que a questão aqui identificada, apesar de guardar alguma relação, difere daquela que já foi objeto de afetação nos Temas n. n. 504 e 505/STJ e Tema n. 962/STF, uma vez que tais temas não tratam da contribuição ao PIS/PASEP e COFINS, mas, sim, do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido incidentes sobre os juros na devolução de depósitos judiciais e na repetição de indébito tributário, tributos que sabidamente possuem base de cálculo distinta.
4. Multiplicidade efetiva ou potencial de processos com idêntica questão de direito demonstrada pelo despacho do Ministro Presidente da Comissão Gestora de Precedentes e demais informações constantes dos autos dos processos repetitivos.
5. Determinação *ad cautelam* para a suspensão do julgamento de todos os processos em primeira e segunda instâncias envolvendo a matéria, inclusive no Superior Tribunal de Justiça (art. 1.037, II, do CPC/2015).
6. Recurso especial submetido à sistemática dos recursos repetitivos, estando em afetação conjunta dos recursos REsp. n. 2.065.817/RJ; REsp. n. 2.075.276/RS; REsp. n. 2.068.697/RS; REsp. n. 2.116.065/SC e REsp. n. 2.109.512/PR.

### RELATÓRIO

Trata-se de recurso especial interposto com fulcro no permissivo do art. 105, III, "a", da Constituição Federal de 1988, contra acórdão que restou assim ementado (e-STJ fls. 170/173):

TRIBUTÁRIO. PIS E COFINS. TAXA SELIC. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS. PAGAMENTOS EFETUADOS POR CLIENTES EM ATRASO.

1. O valor recebido a título de juros moratórios decorrentes de contrato entre as partes assume contornos remuneratórios, razão pela qual não há como afastar a incidência do PIS e da COFINS.

Alega o recorrente PARTICULAR que houve violação aos seguintes dispositivos infraconstitucionais: arts. 108, § 1º, 109, 110, 165 e 167, do CTN; arts. 394, 395, 397 e 404, do CC/2002; arts. 1º e 2º, da LC n. 70/91; art. 2º, I, da Lei n. 9.715/98; Lei n. 9.718/98; art. 1º, da Lei n. 10.637/2002 e art. 1º, da Lei n. 10.833/2003. Invoca a aplicação do Tema n. 962/STF e aponta que as parcelas de juros moratórios e de correção monetária decorrentes do inadimplemento contratual por terceiros (v.g. juros SELIC incidentes sobre pagamentos recebidos em atraso) têm por propósito exclusivamente indenizar o contribuinte pelo dano patrimonial sofrido, razão pela qual não representam riqueza nova, faturamento ou receita capaz de permitir a sua inclusão na base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS, sendo meras entradas, seja no regime cumulativo, seja no regime não cumulativo das referidas contribuições (e-STJ fls. 184/202).

Contrarrrazões da FAZENDA NACIONAL alegando que a lei determina literalmente a incidência das contribuições sobre a receita mensal das pessoas jurídicas (sua receita bruta) "*independentemente de sua denominação ou classificação contábil*", já que no regime não-cumulativo é aplicado o conceito ampliado de receita, que não engloba apenas as receitas operacionais da pessoa jurídica, mas sim toda e qualquer receita, inclusive as financeiras e as não operacionais, consoante a Emenda Constitucional nº 20, de 1998 (art. 195, I, "b", da CF/88). Sustenta ser essa a condição dos juros a qualquer título, quer recebidos em decorrência de repetição de indébito, restituição, compensação ou levantamento de depósitos judiciais, consoante o art. 9º, da Lei n. 9.718/98, não havendo qualquer previsão legal para a exclusão da importância correspondente aos juros moratórios contratuais das bases de cálculo das referidas

contribuições. Acrescenta que a renda (base de cálculo do IRPJ e da CSLL) se caracteriza por ser ingresso a título definitivo que enseja acréscimo patrimonial, já a receita bruta (base de cálculo das contribuições ao PIS/PASEP e COFINS) se caracteriza por ser meramente ingresso a título definitivo, não precisando ensejar acréscimo patrimonial, sendo esta a indubitável condição dos juros. Assim, indevida a transposição automática da tese alusiva IRPJ e à CSLL à tributação pelo PIS/PASEP e COFINS (e-STJ fls. 212/220).

Recurso do PARTICULAR regularmente admitido na origem (e-STJ fls. 224).

Às e-STJ fls. 240/241, diante da forte presença de indícios de se estar diante de tema repetitivo e considerando o Procedimento Preparatório previsto nos arts. 256-I e 257, do RISTJ, foi exarado despacho determinando o encaminhamento do feito à Presidência da Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas para adotar as providências cabíveis no sentido de examinar a possibilidade de afetação do presente recurso conjuntamente com o REsp. n. 2.065.817/RJ, o REsp. n. 2.075.276/RS e o REsp. n. 2.068.697/RS a fim de examinar *"a possibilidade de incidência das contribuições ao PIS/PASEP e COFINS sobre os valores de juros, calculados pela taxa SELIC, recebidos em face de repetição de indébito tributário, na devolução de depósitos judiciais ou nos pagamentos efetuados por clientes em atraso"*.

Às e-STJ fls. 248/249 consta despacho da Presidência da Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas onde determinada a intimação dos sujeitos do processo a fim de ouvir o Ministério Público Federal e as partes a respeito da conveniência de conduzir a proposta de afetação da referida matéria ao rito dos repetitivos.

Manifestação da FAZENDA NACIONAL e do CONTRIBUINTE no mesmo sentido às e-STJ fls. 277/287 e 255/273 de modo favorável quanto à afetação do recurso ao rito dos repetitivos.

Parecer do Ministério Público Federal manifestando-se de modo contrário à afetação do presente recurso ao rito dos repetitivos porque o recurso especial interposto não abrange os demais temas referentes aos juros recebidos nos depósitos judiciais e em repetição de indébito tributário, abrangendo apenas os juros recebidos nos pagamentos efetuados por clientes em atraso. Sustenta também inexistir multiplicidade de processos



com o mesmo tema (e-STJ fls. 288/293).

Decisão da Presidência da Comissão Gestora de Precedentes sugerindo o processamento do recurso especial dentro do rito dos feitos repetitivos, consoante art. 256-B, II, do RISTJ, e determinando a distribuição do recurso a este relator com a sugestão de afetação conjunta de ao menos 2 (dois) recursos (e-STJ fls. 298/301).

É o relatório.

## VOTO

Nos termos do art. 256-E, do RISTJ, compete a o relator do recurso repetitivo reexaminar a admissibilidade do recurso, os pressupostos recursais genéricos e específicos, além dos requisitos regimentais como a presente ou potencial multiplicidade de processos com idêntica questão de direito (art. 257-A, §1º, RISTJ), a fim de propor a afetação do recurso especial repetitivo à Seção. Tal é o que se segue.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso foi interposto na vigência do CPC/2015, o que atrai a incidência do Enunciado Administrativo Nº 3: *“Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”*.

No exame da admissibilidade recursal, verifico a presença do enfrentamento das teses levantadas no recurso pelo órgão que produziu o acórdão recorrido. Também de registro que as referidas teses guardam correspondência aos artigos de lei federal invocados por violados pela recorrente e que não há qualquer pretensão de rediscussão de matéria de fato ou tema constitucional. Desta forma, em um juízo preliminar, entendo que o mérito recursal se encontra apto para julgamento.

Aqui registre-se que, muito embora seja o recomendável, não foi possível encontrar recursos que enfrentassem de uma só vez toda a questão de direito controvertida (1 - juros na repetição de indébito tributário, 2 - juros na devolução de depósitos judiciais e 3 - juros nos pagamentos efetuados por clientes em atraso). Assim, a afetação conjunta para julgamento dos recursos REsp. n. 2.065.817/RJ; REsp. n.

2.075.276/RS; REsp. n. 2.068.697/RS; REsp. n. 2.116.065/SC e REsp. n. 2.109.512/PR se destina também a suprir esta lacuna cercado toda a discussão referente ao reflexo da natureza jurídica dos juros, sejam de mora, sejam remuneratórios, na contabilidade tributária fixada em lei e que estabelece a base de cálculo das contribuições ao PIS/PASEP e COFINS, considerando o conceito de receita. Esta técnica compreendemos ser coerente com a objetividade necessária ao julgamento dos recursos repetitivos, não sendo obstáculo que um ou outro recurso especial dentre os afetados não enfrente toda a questão de direito controvertida desde que o conjunto de recursos afetados a compreenda plenamente, de modo que é esse conjunto de recursos afetados que irá compor objetivamente a tese final, já que todos poderão compartilhar de uma mesma razão de decidir.

Sendo assim, não prejudica afetação do presente recurso especial e dos demais afetados conjuntamente o fato de enfrentarem cada qual apenas parcialmente a questão de direito controvertida, sendo que **o presente recurso enfrenta (3) - os juros nos pagamentos efetuados por clientes em atraso.**

Já quanto à presente ou potencial multiplicidade de processos com idêntica questão de direito, verifico que o presente repetitivo cumpre o requisito. Nesse sentido, assim o despacho da Ministra Presidente da Comissão Gestora de Precedentes (e-STJ fls. 300/301):

Nesse sentido, trata-se de controvérsia jurídica multitudinária ainda não submetida ao rito qualificado, com expressivo impacto financeiro, haja vista ter o condão de afetar - significativamente - a arrecadação tributária da União. Vale salientar que, conforme noticiado pela Agência Brasil, no período de janeiro a dezembro de 2022, a COFINS e a contribuição ao PIS/PASEP apresentaram arrecadação conjunta de R\$ 406,7 bilhões de reais. Ainda em relação ao potencial multiplicador da controvérsia, **em pesquisa realizada pela Secretaria de Jurisprudência dessa Corte, foram identificados 15 acórdãos e 83 decisões monocráticas, a respeito da matéria, proferidos por Ministros da Primeira e da Segunda Turmas do Superior Tribunal de Justiça.**

Do mesmo modo, as informações trazidas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (e-STJ fls. 277/278):

Nas várias unidades da PGFN com atuação junto aos Juízos Federais, Tribunais Federais e Cortes Superiores, o Sistema de Acompanhamento

Judicial desta PGFN (SAJ) dá conta da **existência, na presente data, de 7.126 (sete mil cento e seis) processos em trâmite no que se refere à repetição do indébito tributário e 1.696 (mil seiscentos e noventa e seis) no que se refere aos depósitos judiciais.**

Sobreleva sublinhar que **houve substancial aumento de ajuizamentos com o julgamento pelo STF do Tema 962RG, a tratar de tributos e base de cálculo distintos**, mas cuja aplicação por analogia tem sido insistentemente pleiteada junto ao Poder Judiciário. E, ainda, pelo fato de **o Plenário do STF ter assentado a índole infraconstitucional** da incidência, ou não, do PIS e da COFINS sobre os valores recebidos a título de taxa SELIC incidente na repetição de indébito tributário, consoante ARE 1.384.985-AgR e AgR nos Edcl no RE 1.383.351.

De relevo o ponto que trata da multiplicidade de processos onde pleiteada a extensão do Tema n. 962 da Repercussão Geral do STF às contribuições ao PIS/PASEP e COFINS.

Nessa toada, considerando as informações prestadas e por se tratar de tema que envolve a interpretação e aplicação de procedimento padronizado adotado pela Administração Tributária Federal, resta demonstrada a multiplicidade efetiva ou potencial de processos com idêntica questão de direito.

Decerto, o que aqui se pretende averiguar é se as contribuições ao PIS/PASEP e COFINS não cumulativas incidem sobre os valores de juros em suas variadas apresentações, considerando a natureza jurídico-tributária-contábil dessas verbas e a base de cálculo de tais contribuições.

Com efeito, a suspensão generalizada de todos os processos se impõe porque, dada a quantidade de feitos, necessário se faz cortar o fluxo de processos que se destinam a este Superior Tribunal de Justiça referentes à matéria e até mesmo o fluxo interno de processos. Tal eficácia somente pode ser produzida no âmbito do recurso repetitivo.

Assim, resta definida a questão posta a julgamento como sendo: *“a possibilidade de incidência das contribuições ao PIS/PASEP e COFINS sobre os valores de juros, calculados pela taxa SELIC, recebidos em face de repetição de indébito tributário, na devolução de depósitos judiciais ou nos pagamentos efetuados por clientes em atraso”*.

Registre-se que a questão aqui identificada, apesar de guardar alguma relação, difere daquela que já foi objeto de afetação nos Temas n. n. 504 e 505/STJ e Tema n. 962/STF, uma vez que tais temas não tratam da contribuição ao PIS/PASEP e COFINS,

mas, sim, do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido incidentes sobre os juros na devolução de depósitos judiciais e na repetição de indébito tributário, tributos que sabidamente possuem base de cálculo distinta.

Com essas considerações, entendo pelo processamento do feito dentro da sistemática dos recursos repetitivos, consoante o disposto no art. 1.036, § 5º, do CPC/2015, adotando-se as seguintes providências:

a) Comunique-se, com cópia do presente acórdão, acompanhado do número de autuação do recurso especial, aos Ministros da Primeira Seção do STJ e aos Presidentes dos Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça e à Turma Nacional de Uniformização;

b) Suspensão do julgamento de todos os processos em primeira e segunda instâncias envolvendo a matéria, inclusive no Superior Tribunal de Justiça (art. 1.037, II, do CPC/2015);

c) Após a autuação, dê-se vista ao Ministério Público Federal para parecer, em quinze dias, nos termos do art. 1.038, III e § 1º, do CPC/2015.

É como o voto.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER JUDICIÁRIO

## MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 30020242264914

Nome original: resp 2109512.pdf

Data: 13/03/2024 10:16:26

Remetente:

Jéssica Ferreira da Silva

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE PRECEDENTES

Superior Tribunal de Justiça

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: Recurso Repetitivo - afetação - Tema 1237 resp anexo.



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**ProAfR no RECURSO ESPECIAL Nº 2109512 - PR (2023/0409978-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**RECORRENTE** : FAZENDA NACIONAL  
**RECORRIDO** : BRANCO MOTORES LTDA  
**ADVOGADOS** : CHARLES ANTONIO TROGE MAZUTTI - PR070331  
 EDUARDO FAGLIONI RIBAS - PR042803  
 FEDERICO NIN STERN - PR039404  
**AGRAVANTE** : BRANCO MOTORES LTDA  
**ADVOGADOS** : CHARLES ANTONIO TROGE MAZUTTI - PR070331  
 EDUARDO FAGLIONI RIBAS - PR042803  
 FEDERICO NIN STERN - PR039404  
**AGRAVADO** : FAZENDA NACIONAL

### EMENTA

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL DO PARTICULAR: CONVERSÃO EM RECURSO ESPECIAL E PROPOSTA DE AFETAÇÃO COMO RECURSO REPETITIVO. RECURSO ESPECIAL DA FAZENDA NACIONAL: PROPOSTA DE AFETAÇÃO COMO RECURSO REPETITIVO. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÕES AO PIS/PASEP E COFINS NÃO CUMULATIVAS. INCIDÊNCIA SOBRE JUROS CALCULADOS PELA TAXA SELIC RECEBIDOS EM REPETIÇÃO DE INDÉBITO TRIBUTÁRIO, NA DEVOLUÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS OU NOS PAGAMENTOS EFETUADOS POR CLIENTES EM ATRASO.**

1. Delimitação da questão de direito controvertida como sendo: *“a possibilidade de incidência das contribuições ao PIS/PASEP e COFINS sobre os valores de juros, calculados pela taxa SELIC, recebidos em face de repetição de indébito tributário, na devolução de depósitos judiciais ou nos pagamentos efetuados por clientes em atraso”.*
2. Não configura obstáculo à afetação de tema repetitivo que um ou outro recurso especial dentre os conjuntamente afetados não enfrente toda a questão de direito controvertida desde que o conjunto de recursos afetados a compreenda plenamente. Para tal, realiza-se a conversão do agravo em recurso especial do PARTICULAR em recurso especial a ser afetado como repetitivo conjuntamente com o recurso especial da FAZENDA NACIONAL.
3. Registre-se que a questão aqui identificada, apesar de guardar alguma relação, difere daquela que já foi objeto de afetação nos Temas n. n. 504 e 505/STJ e Tema n. 962/STF, uma vez que tais temas não tratam da contribuição ao PIS/PASEP e COFINS, mas, sim, do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido incidentes sobre os juros na devolução de depósitos judiciais e na repetição de indébito tributário, tributos que sabidamente possuem base de cálculo distinta.
4. Multiplicidade efetiva ou potencial de processos com idêntica questão de direito demonstrada pelo despacho do Ministro Presidente da Comissão Gestora de

Precedentes e demais informações constantes dos autos dos processos repetitivos.

5. Determinação *ad cautelam* para a suspensão do julgamento de todos os processos em primeira e segunda instâncias envolvendo a matéria, inclusive no Superior Tribunal de Justiça (art. 1.037, II, do CPC/2015).

6. Recursos especiais submetidos à sistemática dos recursos repetitivos, estando em afetação conjunta dos recursos REsp. n. 2.065.817/RJ; REsp. n. 2.075.276/RS; REsp. n. 2.068.697/RS; REsp. n. 2.116.065/SC e REsp. n. 2.109.512/PR.

## VOTO

Quando da apreciação de tema análogo no REsp. n. 2.075.276/RS, às e-STJ fls. 295/296 daquele processo, diante da forte presença de indícios de se estar diante de tema repetitivo e considerando o Procedimento Preparatório previsto nos arts. 256-I e 257, do RISTJ, foi exarado despacho determinando o encaminhamento do feito à Presidência da Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas para adotar as providências cabíveis no sentido de examinar a possibilidade de afetação daquele recurso conjuntamente com o REsp. n. 2.065.817/RJ, o REsp. n. 2.075.276/RS e o REsp. n. 2.068.697/RS a fim de examinar "*a possibilidade de incidência das contribuições ao PIS/PASEP e COFINS sobre os valores de juros, calculados pela taxa SELIC, recebidos em face de repetição de indébito tributário, na devolução de depósitos judiciais ou nos pagamentos efetuados por clientes em atraso*".

Dos autos do mesmo REsp. n. 2.075.276/RS colhe-se decisão da Presidência da Comissão Gestora de Precedentes sugerindo o processamento do recurso especial dentro do rito dos feitos repetitivos, consoante art. 256-B, II, do RISTJ, e determinando a distribuição daquele recurso a este relator com a sugestão de afetação conjunta de, ao menos, 2 (dois) recursos (e-STJ fls. 336/342). Desta forma, os presentes recursos são submetidos diretamente à afetação para preencher tal condição.

Nos termos do art. 256-E, do RISTJ, compete a o relator do recurso repetitivo reexaminar a admissibilidade do recurso, os pressupostos recursais genéricos e específicos, além dos requisitos regimentais como a presente ou potencial multiplicidade de processos com idêntica questão de direito (art. 257-A, §1º, RISTJ), a fim de propor a afetação do recurso especial repetitivo à Seção. Tal é o que se segue.

Inicialmente é necessário consignar que os presentes recursos foram interpostos

na vigência do CPC/2015, o que atrai a incidência do Enunciado Administrativo Nº 3: “*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*”.

No exame da admissibilidade recursal, verifico a presença do enfrentamento das teses levantadas nos recursos pelo órgão que produziu tanto a decisão monocrática (caso do agravo em recurso especial) quanto o acórdão recorrido (caso dos recursos especiais). Também de registro que as referidas teses guardam correspondência aos artigos de lei federal invocados por violados pelas recorrentes e que não há qualquer pretensão de rediscussão de matéria de fato ou tema constitucional. Desta forma, em um juízo preliminar, entendo que o mérito recursal de ambos os recursos se encontra apto para julgamento.

Aqui registre-se que, muito embora seja o recomendável, não foi possível encontrar recursos que enfrentassem de uma só vez toda a questão de direito controvertida (1 - juros na repetição de indébito tributário, 2 - juros na devolução de depósitos judiciais e 3 - juros nos pagamentos efetuados por clientes em atraso). Assim, a afetação conjunta para julgamento dos recursos REsp. n. 2.065.817/RJ; REsp. n. 2.075.276/RS; REsp. n. 2.068.697/RS; REsp. n. 2.116.065/SC e REsp. n. 2.109.512/PR se destina também a suprir esta lacuna cercando toda a discussão referente ao reflexo da natureza jurídica dos juros, sejam de mora, sejam remuneratórios, na contabilidade tributária fixada em lei e que estabelece a base de cálculo das contribuições ao PIS/PASEP e COFINS, considerando o conceito de receita. Esta técnica compreendemos ser coerente com a objetividade necessária ao julgamento dos recursos repetitivos, não sendo obstáculo que um ou outro recurso especial dentre os afetados não enfrente toda a questão de direito controvertida desde que o conjunto de recursos afetados a compreenda plenamente, de modo que é esse conjunto de recursos afetados que irá compor objetivamente a tese final, já que todos poderão compartilhar de uma mesma razão de decidir.

Sendo assim, não prejudica afetação do presente recurso especial e dos demais afetados conjuntamente o fato de enfrentarem cada qual apenas parcialmente a questão de direito controvertida, sendo que, no presente feito, **o recurso especial da FAZENDA NACIONAL enfrenta (1 -) os juros da taxa SELIC obtidos na**



**repetição do indébito tributário, já o agravo em recurso especial do PARTICULAR e seu recurso especial enfrentam (2 -) os juros na devolução de depósitos judiciais.** Por esta razão, presentes os demais requisitos necessários, além do suficiente enfrentamento da decisão agravada, determino a conversão deste último em recurso especial por ocasião desta afetação como repetitivo.

Já quanto à presente ou potencial multiplicidade de processos com idêntica questão de direito, verifico que os presentes recursos cumprem o requisito. Nesse sentido, assim o despacho da Ministra Presidente da Comissão Gestora de Precedentes em caso análogo (às e-STJ fls. 339 do REsp. n. 2.075.276/RS):

Nesse sentido, trata-se de controvérsia jurídica multitudinária ainda não submetida ao rito qualificado, com expressivo impacto financeiro, haja vista ter o condão de afetar - significativamente - a arrecadação tributária da União. Vale salientar que, conforme noticiado pela Agência Brasil, no período de janeiro a dezembro de 2022, a COFINS e a contribuição ao PIS/PASEP apresentaram arrecadação conjunta de R\$ 406,7 bilhões de reais.

Saliente-se, também, que, em pesquisa livre realizada no portal de jurisprudência do STJ, por meio do critério "(PIS OU PASEP OU COFINS) E JUROS ADJ3 SELIC E REPETICAO ADJ3 INDEBITO", **foram identificados 263 acórdãos e mais de seis mil decisões monocráticas a respeito da matéria, proferidos por Ministros da Primeira e da Segunda Turmas do Superior Tribunal de Justiça.**

Do mesmo modo, as informações trazidas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em caso análogo (e-STJ fls. 311/313 do REsp. n. 2.075.276/RS):

Nas várias unidades da PGFN com atuação junto aos Juízos Federais, Tribunais Federais e Cortes Superiores, o Sistema de Acompanhamento Judicial desta PGFN (SAJ) dá conta da **existência, na presente data, de 7.126 (sete mil cento e seis) processos em trâmite no que se refere à repetição do indébito tributário e 1.696 (mil seiscentos e noventa e seis) no que se refere aos depósitos judiciais.**

Sobreleva sublinhar que houve substancial aumento de ajuizamentos com o julgamento pelo STF do Tema 962RG, a tratar de tributos e base de cálculo distintos, mas cuja aplicação por analogia tem sido insistentemente pleiteada junto ao Poder Judiciário. E, ainda, pelo fato de **o Plenário do STF ter assentado a índole infraconstitucional** da incidência, ou não, do PIS e da COFINS sobre os valores recebidos a título de taxa SELIC incidente na repetição de indébito tributário, consoante ARE 1.384.985-AgR e AgR nos Edcl no RE 1.383.351.

Nessa toada, considerando as informações prestadas em casos análogos e por se tratar de tema que envolve a interpretação e aplicação de procedimento padronizado adotado pela Administração Tributária Federal, resta demonstrada a multiplicidade efetiva ou potencial de processos com idêntica questão de direito.

Decerto, o que aqui se pretende averiguar é se as contribuições ao PIS/PASEP e COFINS não cumulativas incidem sobre os valores de juros em suas variadas apresentações, considerando a natureza jurídico-tributária-contábil dessas verbas e a base de cálculo de tais contribuições.

Com efeito, a suspensão generalizada de todos os processos se impõe porque, dada a quantidade de feitos, necessário se faz cortar o fluxo de processos que se destinam a este Superior Tribunal de Justiça referentes à matéria e até mesmo o fluxo interno de processos. Tal eficácia somente pode ser produzida no âmbito do recurso repetitivo.

Assim, resta definida a questão posta a julgamento como sendo: *“a possibilidade de incidência das contribuições ao PIS/PASEP e COFINS sobre os valores de juros, calculados pela taxa SELIC, recebidos em face de repetição de indébito tributário, na devolução de depósitos judiciais ou nos pagamentos efetuados por clientes em atraso”*.

Registre-se que a questão aqui identificada, apesar de guardar alguma relação, difere daquela que já foi objeto de afetação nos Temas n. n. 504 e 505/STJ e Tema n. 962/STF, uma vez que tais temas não tratam da contribuição ao PIS/PASEP e COFINS, mas, sim, do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido incidentes sobre os juros na devolução de depósitos judiciais e na repetição de indébito tributário, tributos que sabidamente possuem base de cálculo distinta.

Com essas considerações, CONVERTO o agravo em recurso especial do PARTICULAR em recurso especial e entendo pelo processamento do feito composto por ambos os recursos especiais (do particular e fazendário) dentro da sistemática dos recursos repetitivos, consoante o disposto no art. 1.036, § 5º, do CPC/2015, adotando-se as seguintes providências:

a) Comunique-se, com cópia do presente acórdão, acompanhado do número de autuação do recurso especial, aos Ministros da Primeira Seção do STJ e aos Presidentes

dos Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça e à Turma Nacional de Uniformização;

b) Suspensão do julgamento de todos os processos em primeira e segunda instâncias envolvendo a matéria, inclusive no Superior Tribunal de Justiça (art. 1.037, II, do CPC/2015);

c) Após a autuação, dê-se vista ao Ministério Público Federal para parecer, em quinze dias, nos termos do art. 1.038, III e § 1º, do CPC/2015.

É como o voto.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER JUDICIÁRIO

## MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 30020242264915

Nome original: resp 2116065.pdf

Data: 13/03/2024 10:16:26

Remetente:

Jéssica Ferreira da Silva

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE PRECEDENTES

Superior Tribunal de Justiça

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: Recurso Repetitivo - afetação - Tema 1237 resp anexo.



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**ProAfr no RECURSO ESPECIAL Nº 2116065 - SC (2023/0432550-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**RECORRENTE** : FAZENDA NACIONAL  
**RECORRIDO** : VOSSKO DO BRASIL ALIMENTOS CONGELADOS LTDA.  
**ADVOGADO** : ENEIDA VASCONCELOS DE QUEIROZ MIOTTO - SP349138  
**AGRAVANTE** : VOSSKO DO BRASIL ALIMENTOS CONGELADOS LTDA.  
**ADVOGADO** : ENEIDA VASCONCELOS DE QUEIROZ MIOTTO - SP349138  
**AGRAVADO** : FAZENDA NACIONAL

### EMENTA

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL DO PARTICULAR: CONVERSÃO EM RECURSO ESPECIAL E PROPOSTA DE AFETAÇÃO COMO RECURSO REPETITIVO. RECURSO ESPECIAL DA FAZENDA NACIONAL: PROPOSTA DE AFETAÇÃO COMO RECURSO REPETITIVO. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÕES AO PIS/PASEP E COFINS NÃO CUMULATIVAS. INCIDÊNCIA SOBRE JUROS CALCULADOS PELA TAXA SELIC RECEBIDOS EM REPETIÇÃO DE INDÉBITO TRIBUTÁRIO, NA DEVOUÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS OU NOS PAGAMENTOS EFETUADOS POR CLIENTES EM ATRASO.**

- 1.** Delimitação da questão de direito controvertida como sendo: *“a possibilidade de incidência das contribuições ao PIS/PASEP e COFINS sobre os valores de juros, calculados pela taxa SELIC, recebidos em face de repetição de indébito tributário, na devolução de depósitos judiciais ou nos pagamentos efetuados por clientes em atraso”.*
- 2.** Não configura obstáculo à afetação de tema repetitivo que um ou outro recurso especial dentre os conjuntamente afetados não enfrente toda a questão de direito controvertida desde que o conjunto de recursos afetados a compreenda plenamente. Para tal, realiza-se a conversão do agravo em recurso especial do PARTICULAR em recurso especial a ser afetado como repetitivo conjuntamente com o recurso especial da FAZENDA NACIONAL.
- 3.** Registre-se que a questão aqui identificada, apesar de guardar alguma relação, difere daquela que já foi objeto de afetação nos Temas n. n. 504 e 505/STJ e Tema n. 962/STF, uma vez que tais temas não tratam da contribuição ao PIS/PASEP e COFINS, mas, sim, do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido incidentes sobre os juros na devolução de depósitos judiciais e na repetição de indébito tributário, tributos que sabidamente possuem base de cálculo distinta.
- 4.** Multiplicidade efetiva ou potencial de processos com idêntica questão de direito demonstrada pelo despacho do Ministro Presidente da Comissão Gestora de Precedentes e demais informações constantes dos autos dos processos repetitivos.
- 5.** Determinação *ad cautelam* para a suspensão do julgamento de todos os processos em primeira e segunda instâncias envolvendo a matéria, inclusive no Superior Tribunal de Justiça (art. 1.037, II, do CPC/2015).

6. Recursos especiais submetidos à sistemática dos recursos repetitivos, estando em afetação conjunta dos recursos REsp. n. 2.065.817/RJ; REsp. n. 2.075.276/RS; REsp. n. 2.068.697/RS; REsp. n. 2.116.065/SC e REsp. n. 2.109.512/PR.

## RELATÓRIO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto pelo PARTICULAR contra decisão monocrática que não admitiu recurso especial por entender que, no mérito, o Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência reiterada no sentido de que incidem as contribuições ao PIS e COFINS sobre valores decorrentes da aplicação da Taxa SELIC nos depósitos judiciais. Citou precedentes, havendo a incidência da Súmula n. 83/STJ (e-STJ fls. 451/454).

Alega o PARTICULAR agravante que: 1º) interpôs o recurso especial invocando em preliminar de mérito a violação ao art. 1.022, do CPC/2015, considerando a omissão referente ao conceito de receita, o que por si só já seria suficiente para determinar a subida do recurso especial; e 2º) em que pese a existência de precedentes contrários a sua tese no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, o tema está "em aberto", considerando que não houve ainda julgamento segundo o rito dos repetitivos, sendo que, a partir do julgamento pelo STF do Tema n. 962 de Repercussão Geral, este Colendo Superior Tribunal de Justiça adequou a tese firmada por ocasião do julgamento do Tema n. 505 dos recursos repetitivos (representativo da controvérsia REsp. n. 1.138.695/SC), para definir que "*Os juros SELIC incidentes na repetição do indébito tributário se encontram fora da base de cálculo do IR e da CSLL*", o que teria aplicação ao presente caso. Reitera os termos do recurso especial interposto às e-STJ fls. 353/375 alegando a violação ao art. 1.022, I e II, do CPC/2015; ao art. 2º, da Lei n. 9.718/98; aos arts. 1º, da Lei n. 10.637/2002 e da Lei n. 10.833/2003, afirmando a ilegalidade da cobrança das contribuições ao PIS e COFINS sobre os juros moratórios e correção monetária incidentes na devolução de depósitos judiciais - juros SELIC (e-STJ fls. 476/483).

Já o recurso especial da FAZENDA NACIONAL o foi interposto com fulcro no permissivo do art. 105, III, "a", da Constituição Federal de 1988, contra acórdão que restou assim ementado (e-STJ fls. 241/258):

TRIBUTÁRIO. PIS/COFINS. EXCLUSÃO DOS JUROS E CORREÇÃO

MONETÁRIA DECORRENTES DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DEPÓSITOS JUDICIAIS DAS RESPECTIVAS BASES DE CÁLCULO.

**1. Os juros da taxa SELIC obtidos na repetição do indébito tributário (na via judicial ou administrativa) não integram a base de cálculo das contribuições ao PIS/COFINS (sistema cumulativo ou não-cumulativo de apuração), considerada a sua natureza acessória.**

2. Os juros pela taxa SELIC auferidos no levantamento de depósitos judiciais devem integrar a base de cálculo das contribuições ao PIS/COFINS apuradas pelo sistema não-cumulativo.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 316/321).

Alega a recorrente FAZENDA NACIONAL que houve violação aos seguintes dispositivos infraconstitucionais: arts. 489, § 1º, IV e VI, e 1.022, II, do CPC/2015; art. 111, do CTN; art. 1º, da Lei n. 10.637/2002 e art. 1º, da Lei n. 10.833/2003. Sustenta que ocorreu omissão quanto aos dispositivos legais invocados e quanto a seu afastamento sem declaração de inconstitucionalidade. Afirma que a lei determina literalmente a incidência das contribuições sobre a receita mensal das pessoas jurídicas (sua receita bruta) "*independentemente de sua denominação ou classificação contábil*", já que no regime não-cumulativo é aplicado o conceito ampliado de receita, que não engloba apenas as receitas operacionais da pessoa jurídica, mas sim toda e qualquer receita, inclusive as financeiras e as não operacionais, consoante a Emenda Constitucional nº 20, de 1998 (art. 195, I, "b", da CF/88). Sustenta ser essa a condição dos juros a qualquer título, quer recebidos em decorrência de repetição de indébito, restituição, compensação ou levantamento de depósitos judiciais, consoante o art. 9º, da Lei n. 9.718/98. Acrescenta que a renda (base de cálculo do IRPJ e da CSLL) se caracteriza por ser ingresso a título definitivo que enseja acréscimo patrimonial, já a receita bruta (base de cálculo das contribuições ao PIS/PASEP e COFINS) se caracteriza por ser meramente ingresso a título definitivo, não precisando ensejar acréscimo patrimonial, sendo esta a indubitável condição dos juros. Assim, indevida a transposição automática da tese alusiva IRPJ e à CSLL à tributação pelo PIS/PASEP e COFINS. Entende que juros de mora, ainda que verba indenizatória, sustentam a condição de lucros cessantes e que para o caso não se aplica a regra de que o acessório seguiria o principal (e-STJ fls. 327/348).

Contrarrazões do PARTICULAR afirmando que a receita bruta é somente o ingresso financeiro que se integra no patrimônio na condição de elemento novo e positivo, de modo a não compreender os juros moratórios e a correção monetária,

inclusive os equivalentes à taxa SELIC incidentes na repetição de indébito e sobre os depósitos judiciais devolvidos pois, embora sejam voluntários, os montantes depositados são transferidos à conta única do Tesouro Nacional. Invoca a aplicação do Tema n. 962/STF (e-STJ fls. 426/442).

O recurso especial da FAZENDA NACIONAL foi regularmente admitido na origem às e-STJ fls. 456/457.

É o relatório.

## VOTO

Quando da apreciação de tema análogo no REsp. n. 2.075.276/RS, às e-STJ fls. 295/296 daquele processo, diante da forte presença de indícios de se estar diante de tema repetitivo e considerando o Procedimento Preparatório previsto nos arts. 256-I e 257, do RISTJ, foi exarado despacho determinando o encaminhamento do feito à Presidência da Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas para adotar as providências cabíveis no sentido de examinar a possibilidade de afetação daquele recurso conjuntamente com o REsp. n. 2.065.817/RJ, o REsp. n. 2.075.276/RS e o REsp. n. 2.068.697/RS a fim de examinar "*a possibilidade de incidência das contribuições ao PIS/PASEP e COFINS sobre os valores de juros, calculados pela taxa SELIC, recebidos em face de repetição de indébito tributário, na devolução de depósitos judiciais ou nos pagamentos efetuados por clientes em atraso*".

Dos autos do mesmo REsp. n. 2.075.276/RS colhe-se decisão da Presidência da Comissão Gestora de Precedentes sugerindo o processamento do recurso especial dentro do rito dos feitos repetitivos, consoante art. 256-B, II, do RISTJ, e determinando a distribuição daquele recurso a este relator com a sugestão de afetação conjunta de, ao menos, 2 (dois) recursos (e-STJ fls. 336/342). Desta forma, os presentes recursos são submetidos diretamente à afetação para preencher tal condição.

Nos termos do art. 256-E, do RISTJ, compete a o relator do recurso repetitivo reexaminar a admissibilidade do recurso, os pressupostos recursais genéricos e específicos, além dos requisitos regimentais como a presente ou potencial multiplicidade de processos com idêntica questão de direito (art. 257-A, §1º, RISTJ), a



fim de propor a afetação do recurso especial repetitivo à Seção. Tal é o que se segue.

Inicialmente é necessário consignar que os presentes recursos foram interpostos na vigência do CPC/2015, o que atrai a incidência do Enunciado Administrativo Nº 3: “*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*”.

No exame da admissibilidade recursal, verifico a presença do enfrentamento das teses levantadas nos recursos pelo órgão que produziu tanto a decisão monocrática (caso do agravo em recurso especial) quanto o acórdão recorrido (caso dos recursos especiais). Também de registro que as referidas teses guardam correspondência aos artigos de lei federal invocados por violados pelas recorrentes e que não há qualquer pretensão de rediscussão de matéria de fato ou tema constitucional. Desta forma, em um juízo preliminar, entendo que o mérito recursal de ambos os recursos se encontra apto para julgamento.

Aqui registre-se que, muito embora seja o recomendável, não foi possível encontrar recursos que enfrentassem de uma só vez toda a questão de direito controvertida (1 - juros na repetição de indébito tributário, 2 - juros na devolução de depósitos judiciais e 3 - juros nos pagamentos efetuados por clientes em atraso). Assim, a afetação conjunta para julgamento dos recursos REsp. n. 2.065.817/RJ; REsp. n. 2.075.276/RS; REsp. n. 2.068.697/RS; REsp. n. 2.116.065/SC e REsp. n. 2.109.512/PR se destina também a suprir esta lacuna cercado toda a discussão referente ao reflexo da natureza jurídica dos juros, sejam de mora, sejam remuneratórios, na contabilidade tributária fixada em lei e que estabelece a base de cálculo das contribuições ao PIS/PASEP e COFINS, considerando o conceito de receita. Esta técnica compreendemos ser coerente com a objetividade necessária ao julgamento dos recursos repetitivos, não sendo obstáculo que um ou outro recurso especial dentre os afetados não enfrente toda a questão de direito controvertida desde que o conjunto de recursos afetados a compreenda plenamente, de modo que é esse conjunto de recursos afetados que irá compor objetivamente a tese final, já que todos poderão compartilhar de uma mesma razão de decidir.

Sendo assim, não prejudica afetação do presente recurso especial e dos demais

afetados conjuntamente o fato de enfrentarem cada qual apenas parcialmente a questão de direito controvertida, sendo que, no presente feito, **o recurso especial da FAZENDA NACIONAL enfrenta (1 -) os juros da taxa SELIC obtidos na repetição do indébito tributário, já o agravo em recurso especial do PARTICULAR e seu recurso especial enfrentam (2 -) os juros na devolução de depósitos judiciais.** Por esta razão, presentes os demais requisitos necessários, além do suficiente enfrentamento da decisão agravada, determino a conversão deste último em recurso especial por ocasião desta afetação como repetitivo.

Já quanto à presente ou potencial multiplicidade de processos com idêntica questão de direito, verifico que os presentes recursos cumprem o requisito. Nesse sentido, assim o despacho da Ministra Presidente da Comissão Gestora de Precedentes em caso análogo (às e-STJ fls. 339 do REsp. n. 2.075.276/RS):

Nesse sentido, trata-se de controvérsia jurídica multitudinária ainda não submetida ao rito qualificado, com expressivo impacto financeiro, haja vista ter o condão de afetar - significativamente - a arrecadação tributária da União. Vale salientar que, conforme noticiado pela Agência Brasil, no período de janeiro a dezembro de 2022, a COFINS e a contribuição ao PIS/PASEP apresentaram arrecadação conjunta de R\$ 406,7 bilhões de reais. Saliente-se, também, que, em pesquisa livre realizada no portal de jurisprudência do STJ, por meio do critério "(PIS OU PASEP OU COFINS) E JUROS ADJ3 SELIC E REPETICAO ADJ3 INDEBITO", **foram identificados 263 acórdãos e mais de seis mil decisões monocráticas a respeito da matéria, proferidos por Ministros da Primeira e da Segunda Turmas do Superior Tribunal de Justiça.**

Do mesmo modo, as informações trazidas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em caso análogo (e-STJ fls. 311/313 do REsp. n. 2.075.276/RS):

Nas várias unidades da PGFN com atuação junto aos Juízos Federais, Tribunais Federais e Cortes Superiores, o Sistema de Acompanhamento Judicial desta PGFN (SAJ) dá conta da **existência, na presente data, de 7.126 (sete mil cento e seis) processos em trâmite no que se refere à repetição do indébito tributário e 1.696 (mil seiscentos e noventa e seis) no que se refere aos depósitos judiciais.**

Sobreleva sublinhar que houve substancial aumento de ajuizamentos com o julgamento pelo STF do Tema 962RG, a tratar de tributos e base de cálculo distintos, mas cuja aplicação por analogia tem sido insistentemente pleiteada junto ao Poder Judiciário. E, ainda, pelo fato de **o Plenário do STF ter assentado a índole infraconstitucional** da incidência, ou não, do PIS e da COFINS sobre os valores recebidos a título de taxa SELIC incidente na repetição de indébito tributário, consoante ARE 1.384.985-AgR e AgR nos

Nessa toada, considerando as informações prestadas em casos análogos e por se tratar de tema que envolve a interpretação e aplicação de procedimento padronizado adotado pela Administração Tributária Federal, resta demonstrada a multiplicidade efetiva ou potencial de processos com idêntica questão de direito.

Decerto, o que aqui se pretende averiguar é se as contribuições ao PIS/PASEP e COFINS não cumulativas incidem sobre os valores de juros em suas variadas apresentações, considerando a natureza jurídico-tributária-contábil dessas verbas e a base de cálculo de tais contribuições.

Com efeito, a suspensão generalizada de todos os processos se impõe porque, dada a quantidade de feitos, necessário se faz cortar o fluxo de processos que se destinam a este Superior Tribunal de Justiça referentes à matéria e até mesmo o fluxo interno de processos. Tal eficácia somente pode ser produzida no âmbito do recurso repetitivo.

Assim, resta definida a questão posta a julgamento como sendo: *“a possibilidade de incidência das contribuições ao PIS/PASEP e COFINS sobre os valores de juros, calculados pela taxa SELIC, recebidos em face de repetição de indébito tributário, na devolução de depósitos judiciais ou nos pagamentos efetuados por clientes em atraso”*.

Registre-se que a questão aqui identificada, apesar de guardar alguma relação, difere daquela que já foi objeto de afetação nos Temas n. n. 504 e 505/STJ e Tema n. 962/STF, uma vez que tais temas não tratam da contribuição ao PIS/PASEP e COFINS, mas, sim, do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido incidentes sobre os juros na devolução de depósitos judiciais e na repetição de indébito tributário, tributos que sabidamente possuem base de cálculo distinta.

Com essas considerações, CONVERTO o agravo em recurso especial do PARTICULAR em recurso especial e entendo pelo processamento do feito composto por ambos os recursos especiais (do particular e fazendário) dentro da sistemática dos recursos repetitivos, consoante o disposto no art. 1.036, § 5º, do CPC/2015, adotando-se as seguintes providências:

a) Comunique-se, com cópia do presente acórdão, acompanhado do número de autuação do recurso especial, aos Ministros da Primeira Seção do STJ e aos Presidentes dos Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça e à Turma Nacional de Uniformização;

b) Suspensão do julgamento de todos os processos em primeira e segunda instâncias envolvendo a matéria, inclusive no Superior Tribunal de Justiça (art. 1.037, II, do CPC/2015);

c) Após a autuação, dê-se vista ao Ministério Público Federal para parecer, em quinze dias, nos termos do art. 1.038, III e § 1º, do CPC/2015.

É como o voto.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER JUDICIÁRIO

## MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 30020242264912

Nome original: resp 2075276.pdf

Data: 13/03/2024 10:16:26

Remetente:

Jéssica Ferreira da Silva

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE PRECEDENTES

Superior Tribunal de Justiça

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: Recurso Repetitivo - afetação - Tema 1237 resp anexo.



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**ProaFR no RECURSO ESPECIAL Nº 2075276 - RS (2023/0163975-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**RECORRENTE** : FAZENDA NACIONAL  
**RECORRIDO** : SUPERMERCADO BAKLIZI LTDA  
**ADVOGADOS** : MAURÍCIO LEVENZON UNIKOWSKI - RSo64211  
RICARDO BOCHERNITSAN SCHIRMER - RS117532

### EMENTA

**PROPOSTA DE AFETAÇÃO COMO REPETITIVO. RECURSOS ESPECIAIS. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÕES AO PIS/PASEP E COFINS NÃO CUMULATIVAS. INCIDÊNCIA SOBRE JUROS CALCULADOS PELA TAXA SELIC RECEBIDOS EM REPETIÇÃO DE INDÉBITO TRIBUTÁRIO, NA DEVOLUÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS OU NOS PAGAMENTOS EFETUADOS POR CLIENTES EM ATRASO.**

1. Delimitação da questão de direito controvertida como sendo: "*a possibilidade de incidência das contribuições ao PIS/PASEP e COFINS sobre os valores de juros, calculados pela taxa SELIC, recebidos em face de repetição de indébito tributário, na devolução de depósitos judiciais ou nos pagamentos efetuados por clientes em atraso*".
2. Não configura obstáculo à afetação de tema repetitivo que um ou outro recurso especial dentre os conjuntamente afetados não enfrente toda a questão de direito controvertida desde que o conjunto de recursos afetados a compreenda plenamente.
3. Registre-se que a questão aqui identificada, apesar de guardar alguma relação, difere daquela que já foi objeto de afetação nos Temas n. n. 504 e 505/STJ e Tema n. 962/STF, uma vez que tais temas não tratam da contribuição ao PIS/PASEP e COFINS, mas, sim, do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido incidentes sobre os juros na devolução de depósitos judiciais e na repetição de indébito tributário, tributos que sabidamente possuem base de cálculo distinta.
4. Multiplicidade efetiva ou potencial de processos com idêntica questão de direito demonstrada pelo despacho do Ministro Presidente da Comissão Gestora de Precedentes e demais informações constantes dos autos dos processos repetitivos.
5. Determinação *ad cautelam* para a suspensão do julgamento de todos os processos em primeira e segunda instâncias envolvendo a matéria, inclusive no Superior Tribunal de Justiça (art. 1.037, II, do CPC/2015).
6. Recurso especial submetido à sistemática dos recursos repetitivos, estando em afetação conjunta dos recursos REsp. n. 2.065.817/RJ; REsp. n. 2.075.276/RS; REsp. n. 2.068.697/RS; REsp. n. 2.116.065/SC e REsp. n. 2.109.512/PR.

### VOTO

Nos termos do art. 256-E, do RISTJ, compete a o relator do recurso repetitivo reexaminar a admissibilidade do recurso, os pressupostos recursais genéricos e específicos, além dos requisitos regimentais como a presente ou potencial multiplicidade de processos com idêntica questão de direito (art. 257-A, §1º, RISTJ), a fim de propor a afetação do recurso especial repetitivo à Seção. Tal é o que se segue.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso foi interposto na vigência do CPC/2015, o que atrai a incidência do Enunciado Administrativo Nº 3: “Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”.

No exame da admissibilidade recursal, verifico a presença do enfrentamento das teses levantadas no recurso pelo órgão que produziu o acórdão recorrido. Também de registro que as referidas teses guardam correspondência aos artigos de lei federal invocados por violados pela recorrente e que não há qualquer pretensão de rediscussão de matéria de fato ou tema constitucional. Desta forma, em um juízo preliminar, entendo que o mérito recursal se encontra apto para julgamento.

Aqui registre-se que, muito embora seja o recomendável, não foi possível encontrar recursos que enfrentassem de uma só vez toda a questão de direito controvertida (1 - juros na repetição de indébito tributário, 2 - juros na devolução de depósitos judiciais e 3 - juros nos pagamentos efetuados por clientes em atraso). Assim, a afetação conjunta para julgamento dos recursos REsp. n. 2.065.817/RJ; REsp. n. 2.075.276/RS; REsp. n. 2.068.697/RS; REsp. n. 2.116.065/SC e REsp. n. 2.109.512/PR se destina também a suprir esta lacuna cercando toda a discussão referente ao reflexo da natureza jurídica dos juros, sejam de mora, sejam remuneratórios, na contabilidade tributária fixada em lei e que estabelece a base de cálculo das contribuições ao PIS/PASEP e COFINS, considerando o conceito de receita. Esta técnica compreendemos ser coerente com a objetividade necessária ao julgamento dos recursos repetitivos, não sendo obstáculo que um ou outro recurso especial dentre os afetados não enfrente toda a questão de direito controvertida desde que o conjunto de recursos afetados a compreenda plenamente, de modo que é esse conjunto de recursos afetados que irá compor objetivamente a tese final, já que todos poderão compartilhar de uma mesma

razão de decidir.

Sendo assim, não prejudica afetação do presente recurso especial e dos demais afetados conjuntamente o fato de enfrentarem cada qual apenas parcialmente a questão de direito controvertida, sendo que **o presente recurso enfrenta (1 -) os juros da taxa SELIC obtidos na repetição do indébito tributário.**

Registre-se aqui o equívoco cometido pelo Ministério Público Federal ao identificar de modo diverso o objeto do especial da FAZENDA NACIONAL.

Já quanto à presente ou potencial multiplicidade de processos com idêntica questão de direito, verifico que o presente repetitivo cumpre o requisito. Nesse sentido, assim o despacho da Ministra Presidente da Comissão Gestora de Precedentes (e-STJ fls. 339):

Nesse sentido, trata-se de controvérsia jurídica multitudinária ainda não submetida ao rito qualificado, com expressivo impacto financeiro, haja vista ter o condão de afetar - significativamente - a arrecadação tributária da União. Vale salientar que, conforme noticiado pela Agência Brasil, no período de janeiro a dezembro de 2022, a COFINS e a contribuição ao PIS/PASEP apresentaram arrecadação conjunta de R\$ 406,7 bilhões de reais.

Saliente-se, também, que, em pesquisa livre realizada no portal de jurisprudência do STJ, por meio do critério "(PIS OU PASEP OU COFINS) E JUROS ADJ3 SELIC E REPETICAO ADJ3 INDEBITO", **foram identificados 263 acórdãos e mais de seis mil decisões monocráticas a respeito da matéria, proferidos por Ministros da Primeira e da Segunda Turmas do Superior Tribunal de Justiça.**

Do mesmo modo, as informações trazidas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (e-STJ fls. 311/313):

Nas várias unidades da PGFN com atuação junto aos Juízos Federais, Tribunais Federais e Cortes Superiores, o Sistema de Acompanhamento Judicial desta PGFN (SAJ) dá conta da **existência, na presente data, de 7.126 (sete mil cento e seis) processos em trâmite no que se refere à repetição do indébito tributário e 1.696 (mil seiscentos e noventa e seis) no que se refere aos depósitos judiciais.**

Sobreleva sublinhar que houve substancial aumento de ajuizamentos com o julgamento pelo STF do Tema 962RG, a tratar de tributos e base de cálculo distintos, mas cuja aplicação por analogia tem sido insistentemente pleiteada junto ao Poder Judiciário. E, ainda, pelo fato de **o Plenário do STF ter assentado a índole infraconstitucional** da incidência, ou não, do PIS e da COFINS sobre os valores recebidos a título de taxa SELIC incidente na



repetição de indébito tributário, consoante ARE 1.384.985-AgR e AgR nos Edcl no RE 1.383.351.

Nessa toada, considerando as informações prestadas e por se tratar de tema que envolve a interpretação e aplicação de procedimento padronizado adotado pela Administração Tributária Federal, resta demonstrada a multiplicidade efetiva ou potencial de processos com idêntica questão de direito.

Decerto, o que aqui se pretende averiguar é se as contribuições ao PIS/PASEP e COFINS não cumulativas incidem sobre os valores de juros em suas variadas apresentações, considerando a natureza jurídico-tributária-contábil dessas verbas e a base de cálculo de tais contribuições.

Com efeito, a suspensão generalizada de todos os processos se impõe porque, dada a quantidade de feitos, necessário se faz cortar o fluxo de processos que se destinam a este Superior Tribunal de Justiça referentes à matéria e até mesmo o fluxo interno de processos. Tal eficácia somente pode ser produzida no âmbito do recurso repetitivo.

Assim, resta definida a questão posta a julgamento como sendo: *“a possibilidade de incidência das contribuições ao PIS/PASEP e COFINS sobre os valores de juros, calculados pela taxa SELIC, recebidos em face de repetição de indébito tributário, na devolução de depósitos judiciais ou nos pagamentos efetuados por clientes em atraso”*.

Registre-se que a questão aqui identificada, apesar de guardar alguma relação, difere daquela que já foi objeto de afetação nos Temas n. n. 504 e 505/STJ e Tema n. 962/STF, uma vez que tais temas não tratam da contribuição ao PIS/PASEP e COFINS, mas, sim, do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido incidentes sobre os juros na devolução de depósitos judiciais e na repetição de indébito tributário, tributos que sabidamente possuem base de cálculo distinta.

Com essas considerações, entendo pelo processamento do feito dentro da sistemática dos recursos repetitivos, consoante o disposto no art. 1.036, § 5º, do CPC/2015, adotando-se as seguintes providências:

a) Comunique-se, com cópia do presente acórdão, acompanhado do número de autuação do recurso especial, aos Ministros da Primeira Seção do STJ e aos Presidentes

dos Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça e à Turma Nacional de Uniformização;

b) Suspensão do julgamento de todos os processos em primeira e segunda instâncias envolvendo a matéria, inclusive no Superior Tribunal de Justiça (art. 1.037, II, do CPC/2015);

c) Após a autuação, dê-se vista ao Ministério Público Federal para parecer, em quinze dias, nos termos do art. 1.038, III e § 1º, do CPC/2015.

É como o voto.